

O CONTEXTO NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Mônica Mano TRINDADE

Introdução

Diante de um jornal, o leitor é induzido - até mesmo pela estrutura visual - a ler as manchetes, que lhe fornecem uma noção prévia do conteúdo da notícia.

Embora façamos isso com certa frequência, nem sempre percebemos que tais manchetes não são tão informativas, pois o sentido da maioria delas depende de um conhecimento partilhado entre os interlocutores (leitor/jornal).

Será que todos os jornais possuem o mesmo grau de informatividade em suas manchetes? Qual será a intencionalidade de cada jornal ao mascarar ou explicitar informações? Estariam esses assumindo suas posturas ideológicas através das críticas realizadas de forma implícita?

Buscando responder a essas questões, meu objetivo neste trabalho é analisar o uso e a função da *pressuposição* e da *implicatura* em algumas manchetes selecionadas. Levando em consideração questões teóricas sobre diferentes tipos de inferência, pretendo verificar o predomínio da dependência contextual na construção de sentido dos enunciados lidos.

Para tal, foram selecionadas algumas manchetes dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e Diário Catarinense, no período de 23/06 a 08/07 de 1999.

Sem considerar o que é tecnicamente chamado de manchete dentro do discurso jornalístico, o termo aqui será usado para abranger todos os enunciados que possuem posição de destaque (visual) nas páginas dos jornais.

1. Inferência

Para a compreensão de enunciados, é necessário que o interlocutor faça inferências que se classificam como: *acarretamento*, *pressuposto* e *implicatura*.

Como trabalharemos com fatores de contextualização, a análise abrangerá somente as definições de *pressuposição* e *implicatura*, pois o acarretamento possui valor lógico, sendo puramente semântico.

Segundo Ilari & Geraldi (1987), a *pressuposição* pode ser definida como um tipo complexo de acarretamento, pois é uma relação intrinsecamente mais forte, já que resiste aos efeitos de negação, ou seja, a negação do posto não altera o pressuposto.

Exemplificando: “Eduardo aprendeu a cantar.”

pp.: *Não sabia cantar.*

“Eduardo não aprendeu a cantar.”

pp.: *Não sabia cantar.*

As expressões introdutoras de pressuposição constituem um leque bastante variado (advérbios, conjunções, verbos, etc.), logo a pressuposição é lingüisticamente marcada nos enunciados.

Ao contrário, a *implicatura* depende obrigatoriamente do contexto conversacional. Tomando o exemplo acima, alguém, diante do enunciado “Eduardo aprendeu a cantar”, pode implicitar que: *ele vai ficar famoso, ele vai ganhar dinheiro, não sofreremos mais ao ouvi-lo, etc..*

Na realidade, muitas vezes, quando o pressuposto ultrapassa o limite lingüístico e passa a ser dependente do conhecimento

partilhado que, segundo Moura (1999:17), “é formado por um conjunto de proposições que são aceitas tanto pelo falante quanto pelo ouvinte”, não sabemos em que linha teórica o fenômeno está inserido.

Dessa forma, temos a duplicidade da pressuposição que se divide entre *pressuposição semântica* - lingüisticamente marcada - e *pressuposição pragmática* - baseada na relação entre o falante e a contextualização do enunciado.

Segundo Stalnaker (1974), a diferença entre pressuposição e afirmação não deveria ser baseada em termos de conteúdo das proposições expressas, mas em termos das situações (atitudes/intenções) nas quais a afirmação é feita.

Assim, assumindo a pressuposição pragmática, algumas explicações que não são satisfeitas na pressuposição semântica podem ser dadas, não havendo razão para que sejam construídas regras tão específicas sobre a pressuposição.

2. Análise

Em princípio, e por definição, o pressuposto é algo já sabido antes do posto, pois ele é compartilhado, ou é dito como se fora. No entanto, às vezes, não há o conhecimento partilhado, logo o pressuposto tem a função informativa.

Iniciemos a análise das manchetes selecionadas com aquelas que contêm pressuposição e esta fornece informações, caso o leitor não as conheça.

- (1) “Combustíveis sobem de novo amanhã.”
(Folha de São Paulo - 24/07/99)

Duas informações são transmitidas ao leitor em dois níveis:

- a) p.: *haverá alta de combustíveis e*
- b) pp.: *tal fato já ocorrera antes.*

- (2) “Bélgica libera produção e venda de coca-cola.”
(Folha de São Paulo - 24/06/99)

Assim como em (1), temos os dois níveis de informação:

- a) p.: *liberação de produção e venda de coca-cola e*
b) pp.: *produção e venda de coca-cola estava suspensa.*

Nos dois casos, o pressuposto é lingüisticamente marcado: em (1), pela locução adverbial “de novo” e em (2), pelo verbo “liberar”, que pressupõe a proibição de algo.

- (3) “FHC dá 3 dias para DDD funcionar.”
(Folha de São Paulo - 08/07/99)
- (4) “FHC dá 72 horas para telefônica.”
(Diário Catarinense - 08/07/99)
- (5) “FHC dá 72 horas para DDD voltar ao normal.”
(O Estado de São Paulo - 08/07/99)

Nos enunciados (3) e (5) temos como pressuposto o fato de que “o sistema DDD não funciona.” Como já foi dito, caso o leitor não saiba que o sistema apresenta problemas, ele passa a saber, pois o pressuposto, nesses casos, fornece uma informação nova.

No entanto, isso não ocorre em (4), pois diante do posto “FHC dá 72 horas para telefônica”, o leitor pode questionar: “72 horas para quê?” O jornal supõe que o leitor conheça o pressuposto “o sistema DDD não funciona” para que possa completar o sentido do posto, ao ser capaz de ler o que está implícito: “FHC dá 72 horas para telefônica (funcionar)”.

De um modo geral, podemos concluir que os pressupostos extraídos dos exemplos (1), (2), (3) e (5) são *semânticos* - marcados lingüisticamente - e possuem um certo grau de informatividade, o que facilita a leitura e compreensão dos enunciados.

Ao contrário, há situações em que precisamos recorrer ao contexto para definirmos a pressuposição:

- (6) “Calheiros diz não ter sido agredido pela acusação.”
(O Estado de São Paulo - 25/06/99)

Podemos extrair da afirmação acima dois pressupostos:

- pp1 - *Houve uma acusação sobre a pessoa Calheiros e*
pp2- *Houve uma acusação sobre uma terceira pessoa*

Em um determinado contexto, deduziríamos que Calheiros foi acusado de algo, mas não se sente agredido com isso, pois se julga inocente (pp1). Já em outro, ele não teria sido agredido, uma vez que realmente não fora acusado, talvez pela acusação ter sido feita a uma outra pessoa ou a um grupo do qual ele não fizesse parte (pp2).

Como em (6) a pressuposição é determinada pelo contexto, deve ser denominada de *pressuposição pragmática*.

Após termos definido e exemplificado a diferença entre pressuposição semântica e pragmática, retornemos à questão da informatividade. Há manchetes que, mesmo com a leitura dos dois níveis - posto e pressuposto - só podem ser interpretadas através do contexto, ou seja, com o acréscimo de outras informações que devem ser buscadas fora do enunciado. Vejamos os seguintes exemplos:

- (7) “Renan apóia sabatina para PF”
(Jornal do Brasil - 23/06/99)
- (8) “Posse na PF melhora relações entre FHC e Renan”
(Folha de São Paulo - 23/06/99)

Os enunciados (7) e (8) referem-se à posse de Agílio Monteiro Filho, novo diretor da Polícia Federal. Em (7), além do pressuposto existencial dos nomes próprios Renan e PF, há o pressuposto de que “uma sabatina vem sendo proposta”, pressuposto este introduzido pelo verbo “apoiar”. No entanto, a compreensão do enunciado vai além disso, pois exige conhecimentos sobre:

- a) quem é Renan?
- b) o que significa uma sabatina para a PF?
- c) qual a relação de Renan com a PF?

Em (8), além dos pressupostos existenciais, há um outro que se sobressai: “relações entre FHC e Renan estavam desgastadas.” Como em (7), em (8) também faríamos algumas indagações:

- a) qual o problema nas relações entre FHC e Renan?
- b) como o diretor da PF contribuiria para tal relação?

Em relação às respostas para as questões acima, o leitor deve buscá-las no seu conhecimento sobre o contexto político do Brasil, o que significa dizer que os enunciados pressupõem que o leitor conheça vários fatos em seu mundo extra lingüístico. Essa busca contextual se dá no campo da pragmática.

Se verificarmos qual a intenção do jornal ao apresentar manchetes com grau mínimo de informatividade, podemos destacar dois aspectos:

a) o jornal supõe que o seu leitor seja um leitor constante, o que faz com que ele já tenha adquirido seu conhecimento prévio através de notícias publicadas em dias anteriores;

b) a manchete do jornal tem, além de outras funções, a de chamar a atenção do leitor e conduzi-lo à notícia. Assim, o que não se compreende inicialmente, pode ser esclarecido no decorrer do texto.

Já em alguns casos, o pressuposto está ligado a valores, normas sociais ou ideais, constituindo um recurso de persuasão para que o leitor compartilhe da mesma opinião. Isso pode ser observado nos exemplos abaixo, que, assim como (7) e (8), também se referem à posse do novo diretor da Polícia Federal.

(09) “Diretor da PF deve restaurar disciplina, afirma Calheiros”
(O Estado de São Paulo - 23/06/99)

(10) “Espero que esse dure, diz ACM sobre diretor da PF”
(Folha de São Paulo - 23/06/99)

Em (9), temos como pressuposto “a PF perdeu a disciplina” - marcado pelo verbo “restaurar” e em (10), temos como implicatura “há muita rotatividade no cargo”, baseada na Máxima da Quantidade, já que o locutor deve fazer com que sua contribuição não seja mais informativa que o requerido, segundo Grice (1982).

A primeira observação a ser feita é que tanto o pressuposto quanto a implicatura refletem uma opinião negativa sobre a organização da PF. À instituição são atribuídos os adjetivos indisciplinada e inconstante, ambos de natureza moral, o que induz o leitor a dividir a mesma imagem sobre a PF.

Todavia, tais inferências são sustentadas somente dentro dos discursos diretos de Calheiros e ACM, pois no enunciado como um todo elas são bloqueadas pelos verbos “dizer” e “afirmar”.

No filtro da pressuposição, alguns verbos funcionam como bloqueadores do pressuposto, como: dizer, afirmar, acreditar etc.. Tal recurso é importante, pois, dessa forma, o jornal se isenta da consequência do que está sendo posto, não se responsabilizando pelas informações transmitidas através dos pressupostos, informações estas que ficam limitadas ao discurso de outros, no caso acima, Calheiros.

Ainda dentro do tema posse na PF, verificaremos mais alguns exemplos de inferência por *implicatura*.

- (11) “Discrição é a principal qualidade.”
(Folha de São Paulo - 24/06/99)

pp.: *há outras qualidades*

- (12) “Delegado é o primeiro negro a dirigir PF.”
(Folha de São Paulo - 24/06/99)

pp.: *um negro será diretor da PF*

Tanto em (11) quanto em (12), certamente, o que mais nos chama atenção não são os pressupostos indicados acima, mas as implicaturas permitidas por esses enunciados.

Em (11), podemos implicitar que “ex-diretores da PF não tinham a qualidade da descrição.” Já em (12), podem ser diversas as implicaturas a respeito da possível redução do preconceito dentro das instituições federais.

Tais implicaturas são *conversacionais*, isto é, inferidas somente em um contexto específico, tanto que podem variar de leitor para leitor. Vale acrescentar que, além dessa, há a implicatura *convencional*. Toda implicatura é pragmática, mas a convencional é tão forte que, “erroneamente”, pode ser vista como um recurso lingüístico.

Tomemos o seguinte exemplo:

- (13) “Combustíveis vão subir até 12%”
(O Estado de São Paulo - 24/06/99)

O que o enunciado acima implica é que a alta pode variar de 1, 2, 3 a 12%, pois a palavra *até* indica o limite, a porcentagem máxima que pode ocorrer. Entretanto, somos facilmente conduzidos a interpretar o aumento como sendo de 12%, e essa interpretação se faz através da implicatura convencional. O que justifica nossa leitura são as Máximas Conversacionais de Grice (1982), pois, segundo a Máxima da Quantidade, o locutor deve se expressar de maneira precisa, sem lacunas ou excessos em sua informação.

Finalizando a análise, observaremos como o mesmo fato pode ser tratado com diferentes posturas em relação ao modo de enunciar-lo. Vejamos duas manchetes inseridas no seguinte contexto: A Iugoslávia está derrotada, Kosovo está livre e Clinton visita campo de refugiados na Macedônia.

- (14) “Clinton visita refugiados.”
(Diário Catarinense - 23/06/99)
- (15) “Clinton celebra vitória com refugiados.”
(Folha de São Paulo - 23/06/99)

Temos tanto em (14) quanto em (15) os pressupostos existenciais de Clinton e refugiados. O que difere ambos em relação à pressuposição é:

Em (14), há o pressuposto de que “há um conflito ou guerra”, o que provoca a existência de refugiados. Já em (15), há o pressuposto de que “o conflito/guerra terminou”, pois se assim não fosse, não haveria celebração da vitória.

Então, a primeira comparação a ser feita entre as duas manchetes é que em (15), a pressuposição é mais informativa que em (14).

A segunda comparação pode ser feita em relação às possibilidades de inferirmos através de implicaturas. Em (14), podemos afirmar que estamos diante de um enunciado mais “neutro”, em que podemos implicitar que “Clinton tem motivos ou intenções para visitar os refugiados”, “há algum tipo de relação entre eles”, etc.. Essa implicatura depende do grau de conhecimento do leitor sobre o contexto no qual a manchete está inserida.

Já em (15), pode-se implicitar que “Clinton é o responsável pela vitória, daí o fato de ele estar celebrando”, “Clinton é humilde ao celebrar com aqueles que pertencem a uma classe social diferente da sua”, etc..

Além disso, em (15), temos uma ambigüidade provocada pela estrutura da sentença. Poderíamos ler a manchete de duas maneiras:

(15 a) - Clinton celebra, com os refugiados, a vitória conquistada por ele;

(15 b) - Clinton celebra a vitória conquistada por ele e refugiados.

Em (15 a), o enfoque estaria na pessoa de Clinton como o sujeito responsável pela vitória, enquanto em (15b), predomina a idéia de união entre ele e refugiados.

Concluindo a comparação entre (14) e (15), a segunda é uma manchete que, além de mais informativa, permite que façamos mais inferências sobre os atos políticos de Clinton e tende a enunciar suas qualidades, daí, anteriormente, o enunciado (14) ter sido classificado como “neutro”.

Considerações Finais

Em relação aos pressupostos inferidos dos exemplos analisados, podemos concluir que a pressuposição é construída em dois níveis - semântico e pragmático - exercendo funções no discurso jornalístico, entre elas: informatividade e persuasão.

Percebemos também que a compreensão das manchetes, muitas vezes, vai além do significado daquilo que é pressuposto, momento em que realizamos as implicaturas. Se formos leitores assíduos de um ou vários jornais, isso não nos causa problema, já que possuímos uma grande quantidade de conhecimento armazenado, tanto que, sendo necessário, recorreremos com muita facilidade ao contexto sócio-político do país.

Quanto ao jornal, este é dotado de um discurso específico e, intencionalmente, trabalha com os recursos existentes na língua, a fim de buscar alguns efeitos na leitura.

Além disso, enquanto veículo de comunicação, o jornal também é um lugar privilegiado para legitimar e reproduzir ideologias manifestadas na linguagem. Seria, portanto, uma postura ingênua pensarmos que a intencionalidade do discurso jornalístico não é ideologicamente comprometida, no sentido claro de Ideologia que, segundo Chauí (1984:92):

...consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das idéias).

Referências bibliográficas:

- CHAUÍ, M. S. (1984) *O que é ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- GRICE, H. P. (1982) Lógica e Conversação. In Dascal, M. (org.) *Fundamentos Metodológicos da Lingüística*. Campinas/SP.
- ILARI, R. e GERALDI, J.W. (1987) *Semântica*. São Paulo, SP: Editora Ática.
- MOURA, H. M. M. (1999) *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, PGL/UFSC.
- STALNAKER, R. (1974) Pragmatic Presuppositions. In *Semantics and philosophy*. New York: New York University Press.